

## Medida Provisória nº 1148, de 2022

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

## Ementa:

Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.

**Explicação da Ementa:**

*A Medida Provisória prorroga o prazo do crédito presumido e do regime de consolidação previstos, respectivamente, no § 10 do art. 87 e no art. 78 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A medida busca, assim, privilegiar a neutralidade de exportação de capitais de forma a submeter à mesma carga tributária os contribuintes que investem no País ou no exterior.*

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: -

## Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra

Último local: 13/04/2023 - Secretaria de Expediente

Destino: À promulgação

Último estado: 14/04/2023 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

## Despacho:

10/04/2023

Decisão da Presidência

Ao Plenário

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

## Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senador Marcelo Castro (encerrado em 12/04/2023 -  
Deliberação da matéria)

## TRAMITAÇÃO

18/04/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

**Ação:** Remetido Ofício CN nº 89, de 18/04/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 23/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.547 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 90, de 18/04/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Publicado no DCN Páginas 1252-1253 - DCN nº 17

14/04/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

**Situação:** TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

**Ação:** (CN) MESA.  
PROMULGADA. LEI Nº 14547 DE 2023.  
DOU (Diário Oficial da União) - 14/04/2023 - Seção I - pág. 1.  
Promulgada em 13/04/2023.

## TRAMITAÇÃO

**13/04/2023** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

**Ação:** Anexado o texto revisado.

**12/04/2023** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Situação:** APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA

**Ação:** (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 12/04/2023)

Proferido pelo Senador Marcelo Castro o Parecer nº 38/2023 – Plen/SF, favorável à Medida Provisória e contrário às Emendas. Encerrada a discussão.

Aprovados conjuntamente em votação simbólica os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o mérito da Medida Provisória e das Emendas, nos termos do Parecer.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

*Publicado no DSF Páginas 33-35 - DSF nº 53*

*Publicado no DSF Páginas 100-105 - DSF nº 53*

**12/04/2023** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Ação:** Encerrada a relatoria do Senador Marcelo Castro por deliberação da matéria.

**12/04/2023** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Ação:** Recebido o Relatório do Senador Marcelo Castro.

**30/03/2023** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Situação:** AGUARDANDO LEITURA

**Ação:** Aguardando leitura no Senado Federal.

Designado o Senador Marcelo Castro Relator de Plenário.

**30/03/2023** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 31/05/2023. Motivação: ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2023.

*Publicado no DCN Páginas 33 - DCN nº 14*

**30/03/2023** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela Câmara dos Deputados.

Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 74/2023/SGM-P.

**30/03/2023** PLEN - Plenário

**Ação:** Ato n. 12, de 29/03/2023, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 30/03/2023 – Seção 1 – Página 1)

**29/03/2023** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

## TRAMITAÇÃO

**Ação:** Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pelo Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE).

**29/03/2023** PLEN - Plenário

**Ação:** Leitura do recebimento do Ofício nº 66/2023, do Congresso Nacional (CN), que encaminha a Medida Provisória nº 1.148/2022 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 29/3/2023 - 13h55 - 37ª Sessão).  
Discussão em turno único.  
Designado Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE), para proferir Parecer em Plenário à matéria e às Emendas 1 a 4, pela Comissão Mista do Congresso Nacional.  
Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.148, de 2022; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.148, de 2022, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nºs 2 e 4, consideradas inconstitucionais; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.148, de 2022; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1 a 4; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.148, de 2022; e pela rejeição das emendas apresentadas.  
Discutiram a Matéria: Dep. Lindbergh Farias (PT-RJ), Dep. Glauber Braga (PSOL-RJ), Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Dep. Tarcísio Motta (PSOL-RJ) e Dep. Abilio Brunini (PL-MT).  
Encerrada a discussão.  
O projeto foi emendado. Foi apresentada a Emenda de Plenário nº 1.  
Designado Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE), para proferir Parecer à Emenda de Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.  
Parecer à Emenda de Plenário proferido pelo Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.  
Encaminharam a Votação da Matéria: Dep. Glauber Braga (PSOL-RJ), Dep. Merlong Solano (PT-PI) e Dep. Gilson Marques (NOVO-SC).  
Votação preliminar em turno único.  
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.  
Encaminharam a Votação: Dep. Gilson Marques (NOVO-SC) e Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS).  
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela inadequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.  
Votação, quanto ao mérito, em turno único.  
Aprovada a Medida Provisória nº 1.148, de 2022.  
Votação da Emenda de Plenário, com parecer pela rejeição.  
Rejeitada a Emenda de Plenário nº 1.  
Votação da Redação Final.  
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE).  
A matéria vai ao Senado Federal (MPV 1.148-A/2022).

**28/03/2023** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pelo Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE).

**28/03/2023** PLEN - Plenário

**Ação:** Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

**27/03/2023** PLEN - Plenário

**Ação:** Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

**27/03/2023** CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

## TRAMITAÇÃO

**Ação:** Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 28/03/2023.

**27/03/2023** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

**25/03/2023** PLEN - Plenário

**Ação:** Designado Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE)

**22/03/2023** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Recebido o Ofício n. 66/2023, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.148, de 2022, que "Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação".  
Recebida a Mensagem nº 677/2022, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1148/2022.

**22/03/2023** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

**Situação:** MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Ação:** Remetido Ofício CN nº 66, de 22/03/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.148, de 2022.

**06/02/2023** CMMPV 1148/2022 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

**Ação:** À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

**06/02/2023** CMMPV 1148/2022 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

**Ação:** Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 4 emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP) 001 Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC) 002; 003; 004. As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 09/02/2023.

*Publicado no DCN Páginas 162-170 - DCN nº 6*

**22/12/2022** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Situação:** MATÉRIA DESPACHADA

**Ação:** À Coordenação de Comissões Mistas (COCM) para recebimento de emendas.

**22/12/2022** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Situação:** AGUARDANDO DESPACHO

**Ação:** Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 22/12/2022 a 01/04/2023

- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 02/02/2023 a 03/02/2023(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)

## TRAMITAÇÃO

- Prazo na comissão: \*
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2023 (46º dia)

\* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

\* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 03/02/2023.

\* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

**22/12/2022** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação:** Publicada no DOU de 22/12/2022, na página 19, a Medida Provisória 1148/2022.

Publicado no DOU Páginas 19

## DOCUMENTOS

## MPV 1148/2022

**Data:** 22/12/2022

**Autor:** Presidência da República

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.

## Calendário

**Data:** 22/12/2022

**Autor:** Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 22/12/2022 a 01/04/2023
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 02/02/2023 a 03/02/2023 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: \*
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2023 (46º dia)

\* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

\* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 03/02/2023.

\* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

## Avulso inicial da matéria

**Data:** 22/12/2022

**Autor:** Senado Federal

**Local:** null

**Descrição/Ementa:** -

## Quadro Comparativo

**Data:** 22/12/2022

## DOCUMENTOS

**Autor:** Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Publicada no DOU de 22/12/2022, na página 19, a Medida Provisória 1148/2022.

**Descrição/Ementa:** Comparação entre o texto original e a legislação alterada.

## Nota Técnica

**Data:** 16/01/2023

**Autor:** Câmara dos Deputados

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

**Descrição/Ementa:** NOTA TÉCNICA

## EMENDA 1 - MPV 1148/2022

**Data:** 03/02/2023

**Autor:** Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação

## EMENDA 2 - MPV 1148/2022

**Data:** 03/02/2023

**Autor:** Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação

## EMENDA 3 - MPV 1148/2022

**Data:** 03/02/2023

**Autor:** Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação

## EMENDA 4 - MPV 1148/2022

**Data:** 03/02/2023

**Autor:** Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação

## Avulso de emendas

**Data:** 06/02/2023

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

**Ação Legislativa:** Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 4 emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP) 001 Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC) 002; 003; 004.

## DOCUMENTOS

As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 09/02/2023.

**Descrição/Ementa:** -

## OFCN 66/2023

**Data:** 22/03/2023

**Autor:** Presidente do Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 66, de 22/03/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.148, de 2022.

**Descrição/Ementa:** Encaminha à Câmara dos Deputados a Medida Provisória nº 1.148, de 2022.

## ATCN 12/2023

**Data:** 22/03/2023

**Autor:** Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**Local:** null

**Descrição/Ementa:** Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.148 de 2022, pelo período de sessenta dias.

## Autógrafo aprovado na

**Data:** 30/03/2023

**Autor:** Câmara dos Deputados

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.

## Ofício

**Data:** 30/03/2023

**Autor:** Câmara dos Deputados

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Descrição/Ementa:** Ofício nº 74/2023, que comunica o envio de proposição para apreciação.

## Avulso inicial da matéria

**Data:** 30/03/2023

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Ação Legislativa:** Aguardando leitura no Senado Federal.  
Designado o Senador Marcelo Castro Relator de Plenário.

**Descrição/Ementa:** -

## Relatório Legislativo

**Data:** 12/04/2023

**Autor:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Ação Legislativa:** Recebido o Relatório do Senador Marcelo Castro.

## DOCUMENTOS

**Descrição/Ementa:** Relatório MPV 1148

## P.S 38/2023 - PLEN

**Data:** 12/04/2023

**Autor:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Ação Legislativa:** (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 12/04/2023)

Proferido pelo Senador Marcelo Castro o Parecer nº 38/2023 – Plen/SF, favorável à Medida Provisória e contrário às Emendas. Encerrada a discussão.

Aprovados conjuntamente em votação simbólica os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o mérito da Medida Provisória e das Emendas, nos termos do Parecer.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**Descrição/Ementa:** Parecer nº 38, de 2023 - Plen/SF

## Minuta

**Data:** 13/04/2023

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Secretaria de Expediente

**Ação Legislativa:** Anexado o texto revisado.

## MPCN 23/2023

**Data:** 18/04/2023

**Autor:** Presidente do Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 89, de 18/04/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 23/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.547 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 90, de 18/04/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

**Descrição/Ementa:** Encaminha à Presidência da República o autógrafo promulgado da Medida Provisória nº 1.148, de 2022.

## OFCN 89/2023

**Data:** 18/04/2023

**Autor:** Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Local:** Comissão Diretora do Senado Federal

**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 89, de 18/04/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 23/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.547 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 90, de 18/04/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

**Descrição/Ementa:** Encaminha a Mensagem da Presidência da Mesa do Congresso Nacional participando a promulgação da Medida Provisória nº 1.148, de 2022.

## OFCN 90/2023

**Data:** 18/04/2023

**Autor:** Presidente do Congresso Nacional



## Medida Provisória nº 1148, de 2022

## DOCUMENTOS

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 89, de 18/04/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 23/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.547 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 90, de 18/04/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

**Descrição/Ementa:** Encaminha à Câmara dos Deputados o autógrafo promulgado da Medida Provisória nº 1.148, de 2022.

## Autógrafo - MPV 1148/2022

**Data:** 18/04/2023

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Secretaria de Expediente

**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 89, de 18/04/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 23/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.547 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 90, de 18/04/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.